



Ministério da Justiça completa 200 anos focado em temas de segurança

15/07/2022

*Reportagem publicada no *Anuário da Justiça Brasil 2022*, lançado no dia 30 de junho na TV ConJur. A publicação que aqui para ler) e à venda na Livraria ConJur, em sua versão

DIREÇÃO

MINISTRO

Anderson Gustavo Torres

SECRETARIAS

NACIONAL DE JUSTIÇA

José Vicente Santini

NACIONAL DO CONSUMIDOR

Rodrigo Henrique Roca Pires

NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Paulo Gustavo Maiurino

NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Carlos Renato Machado Paim

DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Ana Cristina Melo Santiago

DE OPERAÇÕES INTEGRADAS

Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça

Em 2022, o Ministério da Justiça e Segurança Pública comemora o seu

bicentenário mais focado no tema da segurança do que na temática da Justiça. A pasta é a mais antiga do Poder Executivo. Foi fundada em 3 de julho de 1822 por Dom Pedro I, no Império, com o nome de Secretaria de Estado de Negócios da Justiça. Em 2019, já denominado Ministério da Justiça, foi fundido ao antigo Ministério da Segurança Pública, por iniciativa do presidente Jair Bolsonaro.

O ministro Anderson Torres, que chefia a pasta desde abril de 2021, promete um ministério com ações cada vez mais fortes e efetivas com o objetivo de levar Justiça e segurança pública à população. Segundo ele, em 2021 houve uma redução de 7% de mortes violentas no Brasil. Nos últimos três anos, de acordo com o ministro, o governo federal investiu R\$ 2,3 bilhões em segurança pública nos estados.

A pasta tem responsabilidade sobre diversos temas – segurança pública, políticas de Justiça, proteção e defesa do consumidor, povos indígenas, repressão às drogas. Segundo Torres, há um esforço hoje no ministério para obter maior grau de eficiência no gasto público. De acordo com o último Relatório de Gestão da pasta, em 2021 foi obtido o maior percentual de execução orçamentária pelo ministério, na ordem de 99%, contra 97% em 2020 e 90% em 2019.

O ministério tem buscado maior integração com as forças de segurança dos estados. “Cabe enfatizar que as ações integradas são essenciais para o êxito das operações policiais, principalmente pela dimensão territorial do país, que atinge quase 17 mil quilômetros de fronteira seca, implicando enormes desafios no combate ao crime organizado”, diz o ministro.



Valter Campanato/Agência Brasil

Valter Campanato/AbrMinistro Anderson Torres tem prometido ações que sejam efetivas ao levar Justiça e segurança pública à população.

Ao longo de 2021 foram realizadas mais de 15 mil operações policiais integradas ao ministério, com foco no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento. Em 2020, o relatório destaca que o número total de operações chegou a 10.215. A pasta aposta em um modelo de enfrentamento ao tráfico de drogas e de armas, aos crimes contra o patrimônio e às facções e organizações criminosas. Tem como estratégia a descapitalização das organizações por meio de

MINISTRO DA JUSTIÇA

Anderson Torres

NOME

Anderson Gustavo Torres

NASCIMENTO

Em 1976, em Brasília

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO:

Segurança Pública

POSSE: 30/3/2022

ATIVIDADE PROFISSIONAL

- ▶ Delegado da Polícia Federal
- ▶ Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (2019-2021)

ATIVIDADE ACADÊMICA

- ▶ Bacharel em Direito pelo CEUB,

com especialização em Ciência Policial, Investigação Criminal e Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra.

MAGISTÉRIO


- ▶ Professor da Academia de Polícia Civil de Roraima, da Academia da Polícia Militar do Distrito Federal e da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal

CONTATO


Interessados em agendar audiência com o ministro devem entrar em

contato por meio dos telefones 2025-7844/ 2199/ 3589 ou enviar e-mail para agenda.ministro@mj.gov.br. A audiência poderá ser presencial ou remota a depender de cada caso e da agenda do ministro.

Gabinete: Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, Edifício sede, Brasília, DF – CEP 70064-900

 www.gov.br/mj/pt-br

 (61) 2025-3088/7339/3735

 chefiadegabinete@mj.gov.br

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

apreensão de drogas e de investigações de lavagem de dinheiro; a prisão de lideranças; a integração entre as diversas instituições do poder público; e a cooperação internacional. Em 2021, houve a apreensão no país de mais de 23 mil armas de fogo e de 2.632 toneladas de drogas.

O ministério também investiu em ações voltadas à proteção de crianças, adolescentes, idosos e mulheres vítimas de crimes e de violência. Houve apoio em 378 ações policiais nos estados e foram executadas no país 37 operações

integradas de combate aos crimes de tráfico de drogas, contrabando de cigarros, receptação em crimes na fronteira brasileira, homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, violência contra a mulher e ao idoso e pirataria digital, entre outros.

O relatório de gestão destaca ainda operações como a Narco Brasil, de combate ao narcotráfico, que resultou na prisão de mais de 12 mil pessoas; Cangalha, de combate ao crime organizado da Região Nordeste, que prendeu mais de 1.500 pessoas, entre as quais chefes de organizações criminosas e responsáveis por ataques a instituições financeiras; Maria da Penha e Vetus II, para prevenir e reprimir crimes contra mulheres e idosos; Égide, que prendeu mais de 3.700 pessoas e apreendeu mais de 80 toneladas de drogas, além de mais de R\$ 1 milhão em espécie, envolvendo o Rio de Janeiro, estados vizinhos e regiões de fronteira; e Shawarma, que desarticulou grupo responsável pela movimentação financeira de mais de R\$ 230 milhões oriundos de crimes. A operação Maria da Penha, junto com a operação Resguardo, resultou no atendimento de 316.298 mil vítimas de violência contra a mulher, 101.707 Medidas Protetivas de Urgência solicitadas e 24.565 presos.

Especialistas em governança pública ouvidos pelo **Anuário da Justiça** avaliam que a ênfase do ministério no tema da segurança pública ocorre em detrimento de questões judiciais e legislativas. Anderson Torres é delegado da Polícia Federal e chefiava a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal quando foi chamado pelo presidente da República para substituir André Mendonça no MJSP.

“O fato de o ministro ser oriundo da carreira policial leva o ministério, na presente gestão, a focar mais na pauta de segurança pública do que na pauta legislativa, o que é natural. Foi escolha do presidente”, afirma Ricardo Prado, mestre em Direito Processual Penal e presidente do Movimento do Ministério Público Democrático.

Prado lembra que a fusão do Ministério da Justiça com o da Segurança Pública representou uma importante mudança na pasta. “Houve uma ampliação das funções de um lado, o setor de segurança, e uma perda de protagonismo de outro, a área jurídica propriamente dita, a elaboração de projetos de lei”, pontua. “Nos últimos anos, temos visto maior iniciativa por parte do Congresso e isso se acentuou durante a epidemia. Antigamente, as mudanças legislativas importantes surgiam no ministério. Essa área hoje está em segundo plano, em parte pelo perfil do ministro. A gestão tem sido discreta, salvo no episódio da censura ao filme de conhecido humorista, mais focada em aspectos operacionais da carreira”, avalia.

Prado faz referência à suspensão de plataformas de *streaming* do filme *Como se Tornar o Pior Aluno da Escola*, em março de 2022. A Secretaria Nacional do Consumidor, subordinada ao ministério, justificou que a medida ocorreu “tendo em vista a necessária proteção à criança e ao adolescente consumerista”. O ministro Anderson Torres afirmou ter solicitado a setores do ministério que adotassem medidas contra o filme e compartilhou a decisão da suspensão em suas redes sociais. O filme acabou liberado nas plataformas após ter sido reclassificado para maiores de 18 anos.

Em janeiro de 2022, entrou em vigor portaria do ministério com a regulamentação do processo classificatório para programas exibidos em espetáculos públicos, televisão, rádio, cinema, jogos eletrônicos, aplicativos, jogos de interpretação e estratégia e serviços de *streaming*.

A norma prevê a inclusão de símbolos de autotransclassificação; análise prévia para filmes; e informações sobre a classificação em *trailers* em faixas etárias que variam da indicação livre à classificação para maiores de 18 anos. Conforme a pasta, a indicação é uma “iniciativa pedagógica e informativa para garantir às famílias o conhecimento antecipado para decidirem sobre os conteúdos adequados ao consumo de crianças e adolescentes sob sua responsabilidade”.

Com a entrada em vigor da portaria, as empresas passaram a ser obrigadas a informar se os conteúdos exibidos foram classificados previamente ou se passaram pela análise e a classificação etária do ministério. Segundo a pasta, qualquer pessoa física ou jurídica poderá verificar o cumprimento das normas e encaminhar denúncia ao Ministério da Justiça, aos Conselhos Tutelares, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário entre outros.

[Clique aqui para assistir ao lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2022](#)

Anuário da Justiça Brasil 2022

ISSN: 2179981-4

Edição: 2022

Número de páginas: 288

Editora ConJur

Versão impressa: R\$ 40, exclusivamente na [Livraria ConJur](#) ([clique aqui](#))



Versão digital: acesse gratuitamente pelo site <http://anuario.conjur.com.br> e pelo app *Anuário da Justiça*

Anunciaram nesta edição**Apoio**

FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado

Anunciantes

Advocacia Fernanda Hernandez
Alexandre K. Jobim Advogados Associados
Antun Advogados Associados
Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica
Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia
Basilio Advogados
Bottini & Tamasauskas Advogados
CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados
Cléa Corrêa Advogados Associados
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Cury & Cury Sociedade de Advogados
Dannemann Siemsen Advogados
David Rechulski Advogados
Décio Freire Advogados
Dias de Souza Advogados
Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Advogados
D'Urso & Borges Advogados Associados
Ernesto Tzirulnik Advocacia
Feldens Advogados
Fidalgo Advogados
Fontes Tarso Ribeiro Advogados
Fux Advogados
Gafisa
Gomes Coelho & Bordin Sociedade de Advogados
JBS S.A.
Kincaid | Mendes Vianna Advogados Associados
Machado Meyer Advogados
Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia
Mendes e Nagib Advogados
Milaré Advogados
Moraes Pitombo Advogados
Mudrovitsch Advogados
Nery Sociedade de Advogados
Original 123 Assessoria de Imprensa
Prevent Senior
Refit
Sergio Bermudes Advogados
SOB – Sacramone, Orleans e Bragança Advogados
Técio Lins e Silva, Ilídio Moura & Advogados Associados
Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados
Tojal Renault Advogados Associados
Walter Moura Advogados Associados
Warde Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-jul-15/ministerio-justica-completa-200-anos-focado-temas-seguranca-2/>